FIESP CIESP

INFORME AMBIENTAL

Edição 122 | Maio 2017

Secretário Gilberto Natalini anuncia redução de burocracia para o licenciamento ambiental em reunião na Fiesp

Secretário do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo Gilberto Natalini assinou na Fiesp a Portaria nº 52/2017 que dispensa as empresas solicitantes de licenciamento ambiental de dar publicidade aos seus pedidos em jornais de grande circulação. Na ocasião o Secretário também anunciou a adesão da cidade aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), que ocorreu por meio do Decreto nº 57.718 de 5 de junho de 2017 o qual cria a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Secretário informou ainda que será realizado novo inventário de gases de efeito estufa (gee) da cidade e comentou algumas agendas futuras da Secretaria. **Pág. 02**

No radar Pág. 07

Diplomas recentes Pág. 12

Monitore Pág. 11

Avisos Pág. 16

Destaques dessa edição

Secretário da Agricultura fala na Fiesp sobre simplificação de autorização ambiental
Pág. 3

Workshop internacional sobre monitoramento ambiental demonstra descompasso entre exigências legais e realidade
Pág. 4

Cadastro Ambiental Rural em debate na Fiesp
Pág. 5

Programa «Papel zero» da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - fim do protocolo em papel
Pág. 16

Aconteceu

Secretário Gilberto Natalini anuncia redução de burocracia para o licenciamento ambiental em reunião na Fiesp

Pedidos de licença serão feitos on-line e empresas ficam desobrigadas de publicidade em jornais de grande circulação

A capital paulista é o maior centro industrial, financeiro e comercial da América do Sul. Ao mesmo tempo, concentra grande capital natural e é uma prestadora de serviços ambientais. Sua gestão é complexa e envolve grandes desafios, conforme detalhou o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, Gilberto Natalini, que fez um balanço da gestão municipal e das atuais necessidades em encontro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) ocorrido em maio.

O secretário anunciou que será realizado novo inventário municipal de emissão de gases de efeito estufa (GEE). O último é de 2009 e que em 2018, deve ser mudado o padrão de combustível nos ônibus. São Paulo também voltou a integrar o grupo C40 de grandes cidades mundiais para liderança do clima, que hoje conta com 80 integrantes.

Há uma preocupação com a área de mananciais. A Secretaria conta hoje com a vigilância de sete drones e um sistema de monitoramento via satélite, que acompanha a dinâmica de invasões, e até aponta onde se encontram pontos de vegetação doente.

Parques

Os parques são outra prioridade e estão sendo revitalizados 60 dos 80 equipamentos do tipo recebidos em condições precárias. Está sendo realizada uma força-tarefa para manter a operacionalidade deles e trabalha-se com a modalidade de doação, adoção e concessão. O Parque Burle Marx é um exemplo de concessão existente há anos.

Os parques são classificados em urbanos (lazer e esporte), lineares (para preservação, controle de cheias e corredor para fauna e vegetação) e naturais (mantendo a vegetação nativa). No total, são 107, com custos de manutenção e vigilância que alcançam R$ 150 milhões/ano, recebendo quase 39 milhões de visitantes/ano. Em setembro, em função de trabalho entre a Secretaria e a Prodam, será facilitado o licenciamento ambiental industrial (baixo impacto) on-line, agilizando a obtenção de autorizações. A previsão é estar operacional para testes em agosto de 2017.

Na Fiesp, o secretário Natalini assinou a Portaria nº 52/2017 que dispensa as empresas solicitantes de licenciamento ambiental de dar publicidade aos seus pedidos em jornais de grande circulação.

A portaria foi publicada no dia 07 de junho de 2017 e está disponível em sua íntegra no link: http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_cidade/index.asp?c=1&e=20170607&p=1&clipID=0NGBE1LQL3GIAe5UJIATND443F4.

Por fim, o secretário informou que a cidade também iria aderir aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), que ocorreu por meio do Decreto nº 57.718 de 5 de junho de 2017 o qual cria a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, quando se comemorou o Dia Internacional do Meio Ambiente.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

Secretário da Agricultura fala na Fiesp sobre simplificação de autorização ambiental

Arnaldo Jardim destaca entre as ações futuras da pasta a aproximação da pesquisa científica da produção agrícola

Em reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), realizada em abril, Arnaldo Jardim ressaltou os pilares que hoje dão sustentação à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da qual é titular:

- Alimentação saudável, uma tendência atual da sociedade. E está sendo desenvolvido programa de controle de agroquímicos e controle de toxinas, inclusive por exigência internacional.
- Diversidade de culturas e produção, privilegiando o pequeno produtor, que precisa de mais apoio, inclusive de crédito.
- Aproximar a pesquisa da produção, pois há formidável acervo de conhecimento que poderia estar à disposição, inclusive o da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapesp) que, além da pesquisa científica também deveria ter foco no desenvolvimento tecnológico.

Entre as recentes ações da secretaria, Arnaldo Jardim enfatizou a preocupação com o Código Florestal, o mutirão para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que alcançou 97% das propriedades rurais do Estado inscritas, a conclusão da recuperação de 263,23 km de estradas vicinais em 37 municípios (dados da Companhia de Desenvolvimento Agrícola-Codasp),o Programa Nascentes, destacado em função da grave crise hídrica vivida por São Paulo e Agrofácil SP – programa de modernização e desburocratização da agricultura – o qual facilitou o licenciamento ambiental, na opinião do secretário Arnaldo Jardim. Para o secretário, essa agilização proposta não significa que as exigências estejam sendo abrandadas: "os produtores são os maiores interessados em manter o meio ambiente", enfatizou.

Para o secretário, é fundamental estratégia que promova a manutenção e proteção do meio ambiente e, entre esses mecanismos, citou a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); além da Agricultura de Baixo Carbono, personificada no Plano ABC, dispositivo nacional que mereceu desdobramento estadual, inclusive com linhas de financiamento.

Para encerrar, Arnaldo Jardim tratou da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que se desdobrou em plano estadual e frisou norma relativa à compostagem com a utilização de resíduos orgânicos, "pois jogamos muita riqueza fora", criticou, lembrando que essa medida colaboraria com o combate à mudança do clima. E sugeriu que também fossem integrados os resíduos animais, que possibilitam a produção de biogás.

Em sua avaliação, os bons números registrados quanto à coleta de latas de alumínio igualmente se obtêm com o retorno de embalagens de defensivos agroindustriais graças à iniciativa de diversas entidades como o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV).

Agência Indusnet Fiesp-editado.

Workshop internacional sobre monitoramento ambiental demonstra descompasso entre exigências legais e realidade

"Hoje não se faz mais negócio sem a questão ambiental controlada, em função de pressão do mercado e dos marcos legais. O tema passou a integrar a empresa", afirmou João Carlos Redondo (diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp) ao tratar da visão do setor industrial quanto ao monitoramento ambiental. A avaliação foi feita em workshop internacional sobre a gestão de dados de monitoramento para melhor controle ambiental em empreendimentos, sediado pela Fiesp.

Redondo enfatizou que a falta de controle ambiental pode fechar um negócio, de forma que os dados afetam diretamente a tomada de decisão dos empresários e lembrou levantamento realizado pela Fiesp o qual aponta que há mais de 850 normas ambientais, ou seja é um sistema muito complexo para o empresário acompanhar.

Redondo citou o Monitore da Fiesp/Ciesp, sistema de gerenciamento de obrigações ambientais, acessível em http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/obrigacoes-ambientais/ disponível para ajudar os empresários nesse sentido.

Para Ana Cristina Pasini da Costa, (diretora de Avaliação de impacto ambiental da Cetesb), entre os problemas enfrentados pela Cetesb, está o fato de os dados entrarem basicamente pelo licenciamento ambiental a fim de cumprir as etapas de licença prévia, autorização de instalação e autorização de operação. Afirmou que é possível fazer a análise de dados qualitativos e quantitativos, que dizem respeito a geomorfologia, água, ar, recursos hídricos, fauna, flora e atividades socioeconômicas para a realização de um diagnóstico ambiental, mas o desafio é a quantidade de dados brutos versus a diversidade no formato de apresentação de dados, pouca uniformidade quanto a unidades de escala e temporalidade e, ainda, a ausência de um banco de dados de monitoramento digitalizado.

Brasil e Noruega: aprendizagem internacional

Brasil e Noruega mantém relações próximas desde o século 19, frisou o cônsul para assuntos comerciais desse país, Stein-Gunnar Bondevik, que também responde pela Innovation Norway. As empresas norueguesas empregam mais de 18 mil pessoas no Brasil e têm grande expertise em petróleo e gás, especialmente, mas também podem compartilhar conhecimento marítimo, na aquicultura, em energia e bioeconomia.

A Noruega conta com ferramenta funcional, o PRTR – registro de emissões e transferência de poluentes. O portal agrega dados totais de emissões e também setorizados: indústria, agricultura, comércio, transporte etc. E estão relacionados 19 principais poluentes do ar, além de conter dados específicos por instalação, como água residual de grandes empresas, por exemplo.

Dessa maneira, é possível monitorar a disponibilidade da água no solo, tendências, situação de aterros, da água potável e do tratamento de esgoto de todo o país, permitindo a verificação rápida de problemas. Tal nível de informatização do banco de dados traduz a lição que vem da Noruega: "como temos poucas pessoas, precisamos da automatização para não perder a competitividade", concluiu Bondevik em sua exposição.

Para saber mais: www.environment.no e http://vann-nett.no/portal/map

O presidente da empresa norueguesa Envitech As, Arne Hansen, disse que o PRTR foi construído a partir da uniformização de dados – cada um quer apresentá-los de uma forma – e é isto o que a empresa oferece como serviço: tratar as informações ofertadas para o devido input no sistema. "Há grande preocupação com aterros, tratamento de esgoto e seus efluentes gerais e industriais, redes de água potável, bacias de drenagem e estações de medição. É possível importar dados de laboratórios, por exemplo, e de seus diários de operação e estações de monitoramento. A entrada e a visualização de dados facilitadas podem se dar no tablete, celular etc.", afirmou.

Apresentação de cases

O evento contou, em seu encerramento, com o depoimento do consultor Cyro Bernardes Junior (Ambconsult), que frisou que o foco do monitoramento é perceber se, de fato o empreendimento está causando ou não impacto ambiental. E exemplificou com a obrigatoriedade de um relatório semestral de uma empresa que pode ter mais do que 700 páginas, custar caro, conter excessivos parâmetros, mas os dados que são relevantes estão condensados em umas 40 páginas apenas.
No encerramento, Walter Lazzarini (Walter Lazzarini Consultoria Ambiental) avaliou que, quando se fala em monitoramento e coleta de dados, levantam-se dificuldades. Ele trouxe uma série de cases nos quais atuou, ilustrando o descompasso entre a realidade, a falta de conhecimento e as exigências inadequadas de órgãos estaduais.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

Cadastro Ambiental Rural em debate na Fiesp

Dia de debater os desdobramentos e benefícios do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o melhor planejamento e análise do agronegócio brasileiro. Para conduzir a discussão, o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Evaristo Miranda foi o convidado da reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Fiesp. O encontro contou ainda com a presença do secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles.
De acordo com Miranda, o CAR foi criado pelo novo Código Florestal e consiste num registro eletrônico para imóveis rurais. Os dados coletados pelo sistema servem para apontar tendências e ampliar o debate sobre a ocupação da terra no Brasil. "Precisamos cuidar da gestão da biodiversidade e da 'bioadversidade'", afirmou. "Temos quase 75% do nosso território composto por pastagens nativas, não é justo que sejamos vistos lá fora como um país que não protege os seus recursos naturais".

Agência Indusnet Fiesp- editado.

Ações Regionais e Setoriais

Os DMAs Fiesp e Ciesp promovem diversas ações e engajamento do setor industrial paulista por meio das 42 Diretorias Regionais (DRs) do Ciesp e de seus Grupos de Meio Ambiente (GMA). Veja a seguir as principais ações ocorridas no último mês.

DR Presidente Prudente

Em reunião do Grupo de Meio Ambiente, foi apresentado o Informe Ambiental, destacando os temas que impactam a indústria, discussão da decisão do judiciário de manter a liminar do Ciesp que impede a Cetesb de modificar cálculos para o licenciamento ambiental em São Paulo e definição de temas prioritários que serão tratados pelo grupo ao longo do ano.

DR Bauru

Em reunião do Grupo de Meio Ambiente, foi apresentada nova norma que define atividades potencialmente geradoras de áreas contaminadas, utilização de drones em fiscalização ambiental. Também foi dada continuidade aos trabalhos em identificar as principais dificuldades na área ambiental junto com os associados, bem como mapear os locais de destinação de resíduos perigosos da indústria na região.

DR Botucatu

Em reunião do Grupo de Meio Ambiente foi apresentada nova coordenadora do grupo, assuntos a serem apresentados nas reuniões, como resíduos sólidos, licenciamento ambiental da Cetesb e IBAMA, dentre outros temas importantes para a indústria. O DMA apresentou como funciona a gestão dos recursos hídricos, comitês de bacias, lei nacional e estadual de recursos hídricos.

DR Marília

Em reunião do Grupo de Meio Ambiente, foi apresentada linha de financiamento para projetos voltados a conservação de recursos hídricos do Fehidro por meio dos comitês de bacias, os serviços bolsa de resíduos, Sistema Monitore da Fiesp/Ciesp e também a ISO 50001 - Gestão de Energia nas organizações.

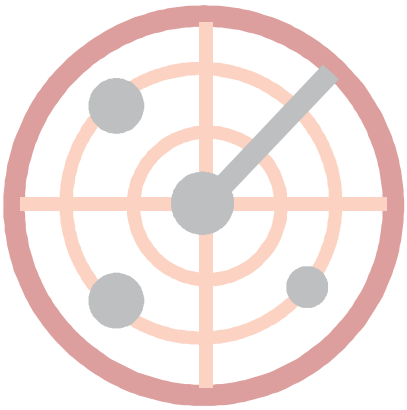
DR Limeira

O Grupo de Meio Ambiente do CIESP/Limeira realizou reunião ordinária para discutir a situação dos mananciais da região, a decisão de diretoria da CETESB que trata de áreas contaminadas e nova resolução da ANTT sobre transporte terrestre de produtos perigosos.

Fiesp / Ciesp São Paulo

Cetesb realizou treinamento para esclarecer dúvidas quanto formulário de informações relacionadas a geração e controle de emissões atmosféricas na Sede da Fiesp e do Ciesp de São Paulo. O formulário é destinado às empresas elencadas no Plano de Redução de Fontes Estacionárias (PREFE).

No radar



Acompanhe os principais temas em pauta nos diversos colegiados ambientais dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participam, defendendo os interesses do setor industrial paulista.

188
Representações em Fóruns/Colegiados

Áreas contaminadas

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
O grupo de trabalho de Plano de Intervenção para gerenciamento de áreas contaminadas realizou reunião para discussão do conteúdo mínimo que deve constar no referido plano.
O grupo de trabalho de Comunicação de Riscos reuniu-se para discussão da proposta do conteúdo mínimo do plano de comunicação de risco para áreas contaminadas. Foram apresentados os novos procedimentos da ABNT para a elaboração de normas técnicas. A pedido da Fiesp, o GT aceitou que o Plano de Comunicação do Risco deverá ser desenvolvido para áreas contaminadas que, em função dos danos ou riscos, geram risco iminente à vida ou saúde humana, inquietação na população ou conflitos entre os atores envolvidos.
Em reunião plenária da ABNT ficou acordada a revisão das normas que tratam dos seguintes temas: Construção de poços e desenvolvimento, Avaliação preliminar, Investigação confirmatória, Investigação detalhada, Modelo conceitual e Amostragem de água subterrânea.

Área de Proteção

Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA)
A Comissão de Atividades Imobiliárias realizou reunião em que os representantes da Cetesb explanaram os principais procedimentos hoje seguidos para a análise e autorização de intervenções em Áreas de Proteção Permanente (APPs) urbanas. A Comissão deverá elaborar e sistematizar os embasamentos técnicos para análise da perda de função das APPs localizadas em áreas urbanas consolidadas, exceto em casos de ocupações irregulares.

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Reunião do Grupo de Trabalho da Serra da Mantiqueira em que foram relatados os avanços alcançados por cada subgrupo, com vistas as articulações institucionais necessárias às formulações de proposições. Nessa reunião foram apresentadas as informações referentes à mineração na área de estudo do GT, levantados pelo Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração da Fiesp.

Emissões atmosféricas

O grupo de trabalho de Emissões Atmosféricas da Fiesp reuniu-se para estudar a proposta de revisão da Resolução Conama 03/90 em debate na Câmara Técnica de Qualidade do Ar do Conama, destacando a importância da incorporação de instrumentos e diretrizes para avaliação da efetividade de ações para melhoria da qualidade do ar com base em inventários de fontes fixas e móveis, modelagens, estudos fotoquímicos, para assim definir ações e prazos de forma consistente.

Conselho Nacional do Meio Ambiente
Reunião do Grupo de Trabalho de Qualidade do Ar para debater proposta de Revisão da Resolução CONAMA 03/1990. O setor industrial apresentou proposta de revisão na Res CONAMA 03, com base em discussões realizadas no GT-Emissões da Fiesp, destacando a importância da estruturação do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, com instrumentos visando a realização de avaliação Estados, considerando a proporcionalidade de emissões de fontes fixas e móveis. Também ressaltou a importância da avaliação da eficiência do programa a cada quatro anos, como premissa para assim definir a manutenção ou migração de padrões

intermediários, até se chegar ao padrão final definido pela OMS.

Gestão Empresarial Ambiental

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
A Comissão 277 de Compras Sustentáveis da ABNT reuniu-se para avaliação dos comentários enviados sobre a proposta de tradução, análise do Ballot enviado pela ISO sobre a adoção de norma nos países, e avaliação da possibilidade de envio da norma para Consulta Nacional da ABNT, visto que o texto final traduzido ainda não estava finalizado. Em vista da necessidade de finalização do texto da norma, bem como considerando a importância de consulta aos seus associados, os representantes do setor industrial pediram maior prazo para definição do envio da norma para Consulta Nacional.

Confederação Nacional da Indústria
A Rede de Produção e Consumo Sustentável da CNI reuniu-se para debater a proposta de revisão do plano de trabalho e posicionamento do setor sobre compras públicas sustentáveis e o Acordo de cooperação técnica sobre PCS assinado pela CNI/MMA/MDIC.

Rede Brasileira do Pacto Global
O Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) reuniu-se para apresentação do estudo sobre integração dos ODS na estratégia empresarial, apresentação do novo modelo de negócio do Pacto Global e apresentação dos GTs.
A Comissão de Engajamento e Comunicação reuniu-se para discussão de propostas para estratégia de comunicação e engajamento dos signatários aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Resíduos sólidos

Associação Brasileira de Automação – GS1 Brasil
Reunião na qual a Associação apresentou seus sistemas de rastreabilidade de produtos. O objetivo foi identificar possibilidades de rastrear os produtos objetos de logística reversa.

Confederação Nacional da Indústria
A Rede de Resíduos da CNI discutiu a Norma Regulamentadora de Resíduos Sólidos a qual encontrava-se em consulta pública. Também foram feitos relatos sobre os acordos setoriais dos setores de pneus, eletroeletrônicos e embalagens em geral.

Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Marília
Reunião para continuidade das discussões e deliberações referentes à implementação da política municipal de resíduos sólidos e coleta seletiva na cidade.

Recursos hídricos

Confederação Nacional da Indústria
A Rede de Recursos Hídricos da CNI reuniu-se para discutir as estratégias da participação do setor produtivo durante o 8º Fórum Mundial da Água, indicadores de escassez hídrica nas organizações e a necessidade da ampliação da segurança jurídica no tema reuso de efluentes.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do CNRH reuniu-se para discutir as propostas de pauta para 2017, considerando os temas prioritários propostos pelo CNRH e as Prioridades do PNRH 2016-2020. Dentre os temas prioritários, permaneceu na agenda a discussão relativa ao gerenciamento integrado de recursos hídricos superficiais e águas subterrâneas.

A Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras e Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos do CNRH reuniram-se para dar continuidade à discussão da minuta de resolução que estabelece diretrizes gerais para o gerenciamento integrado de recursos hídricos superficiais e águas subterrâneas. Nesta oportunidade a Fiesp ponderou novamente em relação a pertinência e conteúdo da proposta, tendo em vista a existência de normas no âmbito do CNRH que já contemplam esta questão, além dos aspectos de conflitos de competência (União e Estados) relativos ao gerenciamento de águas subterrâneas.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
A Comissão de Estudo de Conservação de Água em Edificações deu continuidade às discussões das propostas de Normas da ABNT sobre conservação de água em edificações e uso de fontes alternativas de água não potável em edificações (reúso de água).

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)
Reunião extraordinária para discussão sobre a aplicação de recursos FEHIDRO, e recursos para a realização do "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira do Sistema Produtor de Água para o Polo Sorocaba- São Paulo-Campinas".
Na ocasião, foram aprovados o Plano Estadual de Recursos

Hídricos – PERH 2016/2019, o qual foi submetido a consulta pública após a reunião, a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da URGHI 14 – Alto Paranapanema e ratificados os critérios técnicos para autorização de perfuração de poços tubulares profundos no município de Ribeirão Preto. Durante a reunião , foi aprovada também a proposta de alteração do enquadramento do Rio Jundiaí, para dois trechos de Classe 4 para Classe 3, conforme proposta dos Comitês PCJ.

Ministério da cidade

O DMA participou do Oficina Regional sobre Reuso, promovido pelo Ministério da cidade em que foram abordadas recomendações para cada modalidade de reúso, os critérios de qualidade para aperfeiçoamento do projeto, modelos de financiamento para projeto de reúso.

Comitê de Bacia

Plano de Ações

O Comitê do Sapucaí Mirim/Grande e o Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), reuniram-se para análise técnica, administrativa e jurídica das propostas para o Plano de Ações da URGHI 8.

Propostas FEHIDRO

Os Comitês Sapucaí Mirim/Grande , Tietê/Batalha, Alto Tietê , Sorocaba e Médio Tietê, Mogi Guaçu, Paraíba do Sul e CEIVAP reuniram-se para análise de propostas de projetos com recursos FEHIDRO 2017.

O Comitê do Paranapanema reuniu-se para aprovação dos critérios para financiamento de projetos com recursos FEHIDRO 2017.

Plano de Bacia

Os Comitês Sapucaí Mirim/ Grande, Turvo Grande, Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Paranapanema, Pardo e Aguapeí Peixe reuniram-se para acompanhamento de seus Planos de Bacia.

O Comitê do Paranapanema aprovou o plano de investimento para a bacia no período 2016/2019.

Eleições

Os Comitês do Turvo Grande, Alto Tietê, Sorocaba e Médio Tietê, Paraíba do Sul, Baixada Santista e Aguapeí Peixe reuniram-se para eleição de coordenadores de suas Câmara s Técnicas e Grupos de Trabalho.

A Fiesp foi eleita para a coordenação da Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais do Comitê do Turvo Grande.

No Comitê do Pardo Grande a Fiesp, o Ciesp Ribeirão Preto e o Ciesp Sertãozinho representarão o setor industrial. A Fiesp também representará o setor na Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, enquanto o Ciesp Sertãozinho será o representante na Câmara de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, no Grupo Técnico de Crise Hídrica e no Grupo de Trabalho do Relatório de Situação. A representação no Grupo de Trabalho de Cobrança e na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas será do Ciesp Ribeirão Preto.

Reuso de efluentes

A Câmara Técnica da Indústria do Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiaí debateu a importância do tratamento terciário, os desafios e necessidades quanto a regulação do reuso de efluentes. O DMA esclareceu dúvidas sobre o manual da Fiesp sobre o uso de água de reuso.

Prestação de contas

A Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê discutiu a prestação de contas, balanço geral e relatório das atividades realizadas pela FABHAT no ano de 2016.

Em reunião do Conselho da Agência de Bacia do Sorocaba e Médio Tietê o DMA solicitou o balancete analítico referente as sub-contas de despesas com terceiros, multas e aplicações financeiras.

Plano Integrado de Recursos Hídricos

Os Comitês do Rio Grande e Paranapanema reuniram-se para análise e discussão do relatório de metas e ações do Plano. Quanto às metas e ações do Plano propostas para as bacias de rio de domínio estadual, a Fiesp e o Ciesp ponderaram que os CBHs afluentes são autônomos em suas áreas de abrangência, defendendo o princípio da integração dos comitês afluentes.

Relatório de Situação

Os Comitês do Pardo, Baixada Santista e Piracicaba, Capivari e Jundiaí discutiram elaboração do plano de trabalho e cronograma para preparação do Relatório de Situação 2017 ano base 2016.

Termo de Referência

O Comitê da Baixada Santista reuniu-se para elaboração da minuta do Termo de Referência com os temas e as ações prioritárias a serem executadas pelos CBHs da Vertente Litorânea visando dar continuidade aos trabalhos.

Regimento Interno

O Comitê do Alto Paranapanema deu continuidade aos trabalhos de revisão de seu regimento interno e estatuto.

Outorgas

Os Comitês do Sorocaba e Médio Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiaí reuniram-se para análise das demandas efetivas das capacitações superficiais outorgadas, com equipamento medidos de volumes, sujeitas às condições da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50/2015.

Tratamento de esgoto doméstico
A Câmara Técnica Consultiva do Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CTC-CEIVAP) reuniu-se para discutir a proposta de critérios para hierarquização de projetos do Programa "Protratar" com foco na implantação de sistemas de tratamento de esgotos domésticos na bacia.
Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM)

A Câmara Técnica da APRM Alto Juquiá/São Lourenço - CBH-RB reuniu-se com comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira, para discutir a proposta de criação a– APRM, em que foi enfatizado que os trabalhos somente poderiam ser desenvolvidos com a apresentação da versão final do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA do Alto Juquiá/São Lourenço, em elaboração pelo Cobrape, contratado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado.

Casos de Sucesso

Sustentabilidade Ambiental Corporativa: Green Farm CO2FREE

Green Farm é um clube de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC), que opera seguindo o princípio da Prime Property Fraction, com a intenção de fornecer projetos de compensação ambiental e de marketing verde de alto impacto para os negócios de todos os portes, especialmente pequenas e médias empresas.
A empresa fez investimentos na adaptação da Fazenda Porto Bonito, localizada na zona de amortecimento do Parque Nacional de Ilha Grande, no município de Itaquirai, MS, com uma área total de 4,650 ha. Com os investimentos, além de elaborar relatórios anuais de RSC, alinhados com demandas de Global Compact e GRI, a Fazenda Porto Bonito passou realizar o gerenciamento de ativos ambientais, incluindo geração de créditos de carbono florestal seguindo a ISO 14064, IPCC e ISO 26000, conservação de biodiversidade entre outras atividades desenvolvidas para compensar/neutralizar os impactos ambientais das empresas participantes e lhes fornecer um certificado de qualidade ambiental.
Veja alguns números:

- O projeto já atende cerca de 30 empresas, com faturamento anual de cerca de R$ 8 bilhões anuais, empregando mais de 60 mil pessoas diretamente.

- Já foram registrados e compensados / neutralizados 30 mil tCO2e de emissões GEE das empresas participantes, e cerca de 500 mil tCO2e de créditos de carbono florestal da Fazenda Porto Bonito, junto a plataforma de negócios com bens e serviços ambientais e ecossistêmicos PNBSAE de Mato Grosso.

- Investimentos da ordem de R$ 8 milhões em adaptação de infraestrutura e gestão de serviços ecossistêmicos na Fazenda Porto Bonito

- Mobilizados cerca de R$ 3,5 milhões para conservação da natureza das empresas participantes

- A Green Farm já atingiu cerca de 300 mil pessoas em vários canais de marketing verde, com 27 mil visitantes (2012-2016) na área da Fazenda Porto Bonito, em Itaquirai, MS, com seu programa de Educação Verde

- 5 espécies nativas da fauna sendo reproduzidas para fins de conservação nos Bancos de Biodiversidade

- Cerca de 720 ha de Floresta Atlântica Manejadas, com mais 150 mil mudas de espécies nativas plantadas

- 5 ha de sistemas agroflorestais implantados, com diferentes arranjos, para servir de unidades demonstrativas as populações locais.

As Informações apresentadas são de total responsabilidade da empresa identificada.

Eventos

Veja os eventos dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participaram no último mês.

1º Workshop Diálogos de Financiamentos Climático – evento promovido pela Rede Brasileira do Pacto Global para contribuir através do diálogo entre setor empresarial e instituições financeiras com conhecimentos para acesso aos recursos financeiros voltados às mudanças climáticas.

AGRO: Caminhos para o Futuro – evento promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto reunindo série de eventos com especialistas em diversas áreas para discutir as novas oportunidades e os desafios que deverão ser superados pelo agronegócio nos próximos anos.

O Monitore é um sistema que alerta as empresas quanto as principais obrigações nos âmbitos estadual e federal, que devem ser atendidas anualmente, evitando multas e penalidades. O usuário deve ficar atento também às possíveis obrigações municipais e outros compromissos atrelados ao processo de licenciamento ou específicos para a atividade que exerce. Veja a seguir as obrigações com prazos próximos:

Até 30 de junho de 2017

Pagamento da 2ª parcela de 2017 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei 10.165/2000.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única, servirá como documento comprobatório da efetivação do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei 14.626/2011. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Além das obrigações ambientais que possuem prazos pré-definidos, existem outros prazos nos quais as empresas devem estar atentas e que variam de empresa para empresa como Autorizações, Licenciamento Ambiental, Outorga de direito de uso, Cadastro de usuários de recursos hídricos, Produtos Controlados, entre outros.

Diplomas legais recentes - Federal

Emissões Atmosfericas

Resolução Contran nº. 666, de 18 de maio de 2017
Dispõe sobre a fiscalização do sistema de controle de emissão de poluentes de veículos diesel pesados, ou seja, com PBT acima de 3856 kg, produzidos a partir de 2012.

Recursos Hídricos

Decreto Legislativo nº 52, de 3 de maio de 2017
Aprova o texto do Acordo sobre o Aquífero Guarani, firmado em San Juan, República Argentina, em 2010.

Portaria MMA nº 181, de 16 de maio de 2017
Institui a realização do Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para a Gestão das Águas.

Área de Proteção

Portaria ICMBio nº 350, de 19 de maio de 2017
Aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, localizados no Estado de São Paulo.

Portaria MMA nº 187, de 19 de maio de 2017
Institui de Grupo de Trabalho sobre Gestão Compartilhada de unidades de conservação de uso sustentável federais.

Licenciamento ambiental

Resolução Conama nº. 479, de 15 de março de 2017
Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de baixo potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.

Barragens

Portaria DNPM nº 70389, de 17 de maio de 2017
Cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, o Sistema Integrado de Gestão em Segurança de Barragens de Mineração e estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração, conforme arts. 8º, 9 º, 10, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

Órgãos governamentais

Portaria normativa Ibama nº 9, de 24 de abril de 2017
Estabelece e padroniza os procedimentos do processo eletrônico e gestão de documentos, processos e arquivo pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Ibama).

Decreto nº 9043, de 3 de maio de 2017
Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

Projetos de Lei

Fiscalização
PLS nº. 131/2017 - Altera a Lei nº 9.605, de 12/2/1998, para aumentar o valor mínimo das multas administrativas para infrações contra o meio ambiente, tipificar crimes contra a vegetação nativa não localizada em áreas protegidas e revogar a prevalência de multas administrativas ambientais dos estados, municípios, Distrito Federal e territórios sobre as multas da União.

PL nº 7305/2017 - Altera a Lei nº 6.938, de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, no que diz respeito à servidão ambiental.

Projetos de Lei

Áreas de proteção

PLS nº. 97/2017 - Altera a Lei nº 9.985, de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território.

PL nº 7661/2017 - Altera a Lei 8.171, de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para dispor sobre a implantação de agroflorestas em áreas rurais desmatadas.

PL nº 7646/2017 - Altera a Lei nº 12.651, de 2012, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

PL nº 7592/2017 - Altera a Lei nº 12.651, de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.

PL nº 7578/2017 - Institui o Patrimônio Verde e dá outras providências.

PL nº 7325/2017 - Altera a Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, ampliando o prazo para utilização pelas indústrias de matéria-prima de floresta nativa.

Biodiversidade

PL nº 7660/2017 - Altera a Lei nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências, para determinar a implementação de corredores ecológicos em áreas de vegetação original fragmentada, visando à preservação da biodiversidade.

Resíduos sólidos

PLS nº. 75/2017 - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

PL nº 7796/2017 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação do sistema de logística reversa para cápsulas de café.

PL nº 7795/2017 - Determina a utilização preferencial de cimentício desenvolvido a partir de rejeitos de mineração nas obras de construção e reforma de obras públicas.

PL nº 7789/2017 - Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão e dá outras providências.

PL nº 7652/2017 - Acrescenta artigo à Lei nº 12.305, de 2010, para dispor sobre a implantação de postos de recolhimento de lixo eletrônico.

PL nº 7647/2017 - Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações, alterando a Lei nº 9.537, de 1997.

PL nº 7535/2017 - Dispõe sobre incentivos para fomentar a indústria da Reciclagem - cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e o Fundo de Investimento para projetos de Reciclagem (Prorecicle).

PL nº 7462/2017 - Dá nova redação aos arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo novos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e para a elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos e de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.

Mudança do Clima

PL nº 7344/2017 - Institui incentivo fiscal para a geração de energia elétrica a partir de biomassa ou de fonte eólica, solar, maremotriz, geotérmica, hidráulica ou nuclear.

Diplomas legais recentes - Estadual

Licenciamento ambiental

Resolução SMA nº 38, de 31 de maio de 2017
Estabelece diretrizes e condições para o licenciamento e a operação da atividade de recuperação de energia proveniente do uso de Combustível Derivado de Resíduos Sólidos Urbanos (CDRU) em Fornos de Produção de Clínquer.

Resolução conjunta SMA/SAA nº 2, de 15 de maio de 2017
Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho Técnico para analisar as metodologias e a periodicidade de monitoramento de água, no âmbito do licenciamento ambiental da aquicultura.

Recursos hídricos

Resolução SMA nº 36, de 23 de maio de 2017
Estabelece as diretrizes gerais para a caracterização e disposição terrestre de material dragado do leito dos corpos d'água.

Portaria DAEE nº. 1.636, de 30 de maio de 2017
Dispõe sobre condições administrativas para protocolo e tramitação de requerimentos de cadastros e de outorgas de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, de domínio do Estado de São Paulo.

Portaria DAEE nº. 1.635, de 30 de maio de 2017
Aprova a Norma que disciplina a utilização de recursos hídricos subterrâneos, provenientes de processos de remediação em áreas contaminadas.

Portaria DAEE nº. 1.634, de 30 de maio de 2017
Aprova os procedimentos e o Anexo que disciplinam a utilização de recursos hídricos, provenientes de rebaixamento de lençol freático em edificações e obras de construção civil.

Portaria DAEE nº. 1.633, de 30 de maio de 2017
Dispõe sobre procedimentos para isenção de outorga e de declaração de dispensa de outorga para interferências em recursos hídricos em corpos d'água de domínio do Estado, em situações de emergência, assim caracterizados pela Defesa Civil.

Portaria DAEE nº. 1.632, de 30 de maio de 2017
Aprova as regras e os critérios que disciplinam a isenção de outorga para interferências em recursos hídricos decorrentes de obras e serviços relacionados às travessias aéreas ou subterrâneas em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo.

Portaria DAEE nº. 1.63, de 30 de maio de 2017
Aprova as regras e as condições para o enquadramento de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e reservatórios de acumulação que independem de outorga.

Deliberação CRH nº 202, de 24/4/2017
Referenda a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3, contida na Deliberação dos Comitês PCJ 261/16, de 2016.

Deliberação CRH nº 201, de 24/4/2017
Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI 14-Alto Paranapanema.

Deliberação CRH nº 200, de 24/4/2017
Referenda a Deliberação CBH-PARDO 229, de 2016, que ratifica a Deliberação 201, de 2014, que trata de critérios Técnicos para a Autorização de Perfuração de Poços Tubulares Profundos no Município de Ribeirão Preto.

Deliberação CRH nº 199, de 24/4/2017
Referenda os "Planos de Ação e respectivos Programas de Investimento" dos recursos a serem arrecadados com a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, no período 2017-2019.

Deliberação CRH nº 198, de 24/4/2017
Aprova a auto avaliação do Estado referente ao alcance das metas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), relativas ao 2º período de certificação (2016).

Deliberação CRH nº 194, de 20/2/2017
Altera as Deliberações CRH 111, que estabelece conteúdo mínimo dos estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo a ser apresentado pelos Comitês de Bacias para referendo do CRH, de 2009, e CRH 188, que versa sobre os Planos de Bacias Hidrográficas e sobre a apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), de 2016.

Educação Ambiental

Resolução SMA nº 33, de 12 de maio de 2017
Constitui o Comitê de Integração de Educação Ambiental com o objetivo de coordenar e acompanhar as ações de educação ambiental desenvolvidas no âmbito do Sistema Ambiental Paulista.

Emissões Atmosféricas

Decisão Cetesb nº 133/2017/C, de 26 de abril de 2017.
Dispõe sobre "Guia de Melhor Tecnologia Prática Disponível (MTPD) elaborados no âmbito do Plano de Redução de Emissões Atmosféricas – Prefe 2014".

Projetos de Lei

Áreas de proteção
PL nº 199/2017 - Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia (APRM-AC), suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais.

Recursos Hídricos
PL nº 174/2017 - Dispõe sobre o aprimoramento do controle social na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, no Estado.

PL nº 157/2017 - Torna obrigatório o uso de redutor de vazão nas torneiras de instituições públicas e privadas no Estado.

Resíduos Sólidos
PL nº 158/2017 - Institui a Política Estadual de Coleta, Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário.

PL nº 156/2017 - Dispõe sobre o descarte, ambientalmente adequado, de filmes de radiografia usados no Estado.

PL nº 133/2017 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento e disposição final ambientalmente adequada aos animais mortos em estradas do Estado.

Serviços DMA

Além do Informe Ambiental, e do Monitore o DMA também oferece:

Portal bolsa de resíduos
Cadastro que permite às empresas divulgarem gratuitamente as ofertas de compra e venda de resíduos industriais;
http://www.fiesp.com.br/servicos/bolsa-residuos-fiesp/

Cadastro eletrônico de prestadores de serviços
Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente.
http://www.fiesp.com.br/servicos/cadastro-eletronico-de-prestadores-de-servicos-ambiental/

Avisos

SISTEMA ELETRÔNICO NA GESTÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS - PROGRAMA PAPEL ZERO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

A CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo divulgou um comunicado informando que passou a utilizar o sistema eletrônico e-ambiente na gestão de processos e documentos, no âmbito do Programa Papel Zero da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Após a entrada em operação do e-ambiente em cada agência ambiental, SERÁ NEGADO O RECEBIMENTO DE QUALQUER DOCUMENTO EM PAPEL.

Para obter mais informações e visualizar a tabela com as datas em que entrará em vigor o e-ambiente em cada agência ambiental da CETESB, acesse: http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/papel-zero/

A agência de Embu das Artes será a primeira a adotar o novo sistema, a partir do dia 19 de junho de 2017.

Qualquer dúvida sobre o e-ambiente, entre em contato pelo telefone (11) 3133-3900 ou pelo e-mail: eambiente.faq@sp.gov.br

Cobrança pelo uso da Água

Ato Convocatório para implantação da Cobrança pelo Uso da Água
Comitê de Bacia da Serra da Mantiqueira

Por intermédio da Portaria DAEE 1465 de 12/5/2017 foi fixado o prazo de **15/05 a 14/08/2017** para que todos os usuários outorgados de água confirmem e/ou alterem os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água na Bacia da Serra da Mantiqueira.

Maiores informações poderão ser obtidas em: http://www.atoconvocatorio.daee.sp.gov.br

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.
Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.
Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link ttp://www.fiesp.com.br/cadastro.